

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.593 - PA (2019/0297943-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **J M A DE S**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**
RECORRIDO : **A L B B (MENOR)**
REPR. POR : **E J B DA C B**
ADVOGADO : **RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE JUNIOR E OUTRO(S) - PA006066**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA SUPOSTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADOS. SÚMULA 283/STF.

1. Descabe a esta Corte apreciar a alegada violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF.
2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JMAdS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE COM ALIMENTOS. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO *QUANTUM*. IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE O ALIMENTANTE NÃO POSSUI CONDIÇÕES DE ARCAR COM O VALOR ESTABELECIDO NA SENTENÇA. VALOR ADEQUADO E CONDIZENTE COM O BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. VALOR QUE NÃO COMPROMETE SEU SUSTENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I - O apelante não conseguiu trazer aos autos provas de que não possui condições financeiras suficientes para prover os alimentos no montante estabelecido em sentença, pois sequer há nos autos parte da CTPS que dispõe o valor que este percebe mensalmente. Porém, ainda que se considerasse o valor por ele recebido de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, com trabalho de conserto de calçados usados, o valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente estabelecido em sentença não

compromete sua subsistência. II - Por outro lado, verifica-se que o valor fixado em sentença, ainda que não se mostre totalmente adequado às necessidades do menor, pois, na idade em que se encontra, necessita de alimentos, vestuário, escola está condizente com a realidade dos fatos. Além disso, não é demais afirmar que o oferecido em apelação a título de pensão alimentícia para o menor encontra-se muito aquém de suas necessidades, de modo que, repiso, o valor estipulado em sentença mostra-se em consonância com o binômio que norteia o caso disposto nos autos. III - Em consonância com o Ministério Público, CONHEÇO DO RECURSO E NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo *in totum* a decisão atacada (fl. 145).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta o recorrente ofensa ao disposto nos arts. 5º, LIV, da Constituição Federal; 330 e 331 do CPC/73; 9º a 13 da Lei de Alimentos. Sustenta, em síntese, que, apesar da "ausência de impugnação na peça de apelação, deveria o órgão julgador revisor tratar de ofício quanto a flagrante desrespeito ao princípio do devido processo legal" (fl. 189).

Sem contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 197.

O parecer do Ministério Público Federal é pelo não provimento do recurso.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 199-200).

É o relatório. Decido.

2. Descabe a esta Corte apreciar a alegada violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

3. No tocante à investigação de paternidade, o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração, preconizou:

Sustenta o embargante omissão no julgado sobre questão da qual caberia pronúncia de ofício pelo julgador, pois, embora ausente impugnação específica na peça de apelação, deveria ser observado o flagrante desrespeito ao princípio do devido processo legal, ante o julgamento antecipado da lide.

Aduz que, mesmo que se admita o julgamento antecipado quanto à investigação de paternidade em razão do exame de DNA positivado, ainda se exigem atos peculiares para sua consecução, devendo haver regular processamento em decorrência dos alimentos.

Em que pesem referidas argumentações, há de se informar que tais teses defensivas não foram expendidas no recurso de apelação, o que impede a sua análise nesta sede, pois aí sim estaríamos diante de uma violação do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição, configurando-se verdadeira inovação recursal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Com efeito, não estamos diante de matéria de ordem pública que deva ser analisada de ofício por esta magistrada, eis que o cerceamento de defesa alegado pela embargante não se mostra evidente.

Ora, ao embargante se deu a oportunidade de contestar a ação, tendo ele no prazo adequado se manifestado, contestando o valor dos alimentos requerido na inicial e mencionado sua renda mensal. Ademais, ante a sua concordância, fora realizado exame de DNA, este sem qualquer mácula, ocasião em que se abriu prazo para manifestação sobre referido laudo, e o requerido/embargante se manteve inerte, havendo, ainda, remessa dos autos ao Ministério Público para manifestação.

Nota-se do acima exposto, que estavam presentes nos autos elementos suficientes para a formação do convencimento do magistrado, o que, portanto, deu a ele a prerrogativa de julgar antecipadamente a lide, não configurando, pois, qualquer cerceamento de defesa.

A prova pericial concernente ao exame de DNA constitui prova direta, de modo que, quando seu resultado for categórico, não havendo qualquer demonstração de mácula que o torne inválido, deve ser considerado como prova irrefutável, utilizada para convencer o julgador acerca da paternidade (fls. 174-175).

Mais adiante, no que se refere ao *quantum* arbitrado a título de alimentos - trinta por cento do salário mínimo -, asseverou a Corte local:

Nesse sentido, o embargante aduz contradição e obscuridade quanto a aplicação do princípio da proporcionalidade dissociada dos elementos comprobatórios por deficiência/nulidade na fase de instrução, na medida em que o acórdão afirma ausência de provas, mas não identifica que essas restaram prejudicadas exatamente pela falta de oportunidade na instrução, nos termos acima mencionados.

Mais uma vez padece de razão o embargante, não havendo na decisão ora embargada qualquer contradição ou obscuridade, eis que esta magistrada no recurso de apelação foi categórica ao afirmar que o apelante/embargante não conseguiu trazer aos autos provas de que não possui condições financeiras suficientes para prover os alimentos no montante estabelecido em sentença.

Isso porque deixou de apresentar tanto na contestação, quanto no próprio recurso de apelação documentos hábeis, não havendo sequer cópia da sua CTPS que dispõe o valor que este percebe mensalmente, mas apenas argumentação própria de que perceberia R\$ 800,00 (oitocentos reais), o que por certo, diante do percentual estabelecido em sentença, não compromete sua subsistência (fl. 175).

Em momento algum, o recorrente rebateu seja o fundamento segundo o qual a ele foi dada oportunidade de se manifestar sobre o laudo de DNA, mas se manteve inerte, seja o concernente ao fato de que deixou de apresentar, tanto na contestação, como na própria apelação até mesmo a cópia de sua carteira de trabalho. Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Superior Tribunal de Justiça

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator